

# Quem são os ‘cracudos’? Apontamentos para o estudo antropológico de um ‘problema social’<sup>1</sup>

**Marcos Veríssimo**

Pesquisador do INCT-InEAC

O objetivo deste artigo é contribuir para o conhecimento sobre o consumo de crack no Rio de Janeiro. Para isso, parto da pergunta: “Quem são os cracudos?” Esta categoria designa o integrante da classe de pessoas inicialmente correspondente aos consumidores de crack, mas ganhou contornos semânticos mais abrangentes. Procuo, com ponto de partida em tais representações, compará-las aos relatos e trajetórias de alguns usuários dessa droga com os quais estabeleci interlocução. Espero, assim, contribuir para os estudos voltados para a compreensão de consumos e sociabilidades tidas como “problema social” nos grandes centros urbanos do Brasil e suas periferias.

**Palavras-chave:** problemas sociais, drogas, crack, consumidores de crack, cracudo

The aim of the paper **Who Are the Crackheads? Notes for the Anthropological Study of a ‘Social Problem’** is to contribute to our understanding of crack consumption in Rio de Janeiro. To this end, I ask the question: “Who are the crackheads?” This category designates a member of the class of people which initially corresponded to crack consumers, but has gained broader semantic implications. I seek, as a starting point in such representations, to compare them to the reports and experiences of some users of this drug with whom I established a dialogue. Thus I hope to contribute toward studies aimed at understanding acts of consumption and sociability deemed as “social problems” in the large Brazilian urban centers and their outskirts.

**Keywords:** social problems, drugs, crack, crack users, crackhead

“A humanidade cessa nas fronteiras da tribo”.  
Claude Levi-Strauss, “Raça e história”.

Recebido em: 31/05/2012  
Aprovado em: 02/04/2014

## Considerações iniciais: o ‘cracudo’ como antimodelo

**A** pergunta com a qual se inicia o título do presente artigo não é ingênua, e nem fortuita. Começou a ganhar corpo quando eu finalizava um primeiro trabalho tendo como foco a temática geral do crack (VERÍSSIMO, 2011). Naquela época, passei a notar que chamar alguém de *cracudo* significava, mais do que qualquer coisa, uma forma de xingamento, um termo extremamente desqualificador utilizado para definir a pessoa a quem assim se quer ofender, por vezes independentemente de a mesma ser ou não consumidora de crack. Com esse significado, aparecia e continua aparecendo em espaços diversos, como escolas e estádios de futebol, por exemplo.

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Belém, na Universidade Federal do Pará, em agosto de 2010.

O cracudo, diferentemente do que ocorre com outras classes de consumidores de drogas postas na ilicitude, aglutina em sua pessoa tudo aquilo que não se deve ser, de acordo com modelos de sociabilidade, estética e desempenho associados a uma imagem muito difundida e verossímil de vida coletiva. O cracudo, segundo essa visão de mundo, é o antímodo, o sujeito que *deu errado* ou que deve ser *salvo* (quer queira, quer não). É aquele que, como mostra a antropóloga Taniele Rui, tem na abjeção de seus corpos seu *cartão de visitas*, por assim dizer (RUI, 2010; 2011).

Assim, ao mesmo tempo que o consumo de crack foi ganhando, nos últimos anos, no Rio de Janeiro e Região Metropolitana, o status de uma *epidemia*, segundo as representações difundidas na opinião pública, seu consumidor, o chamado cracudo, foi aos poucos sendo posto para além, não apenas das fronteiras da *sociedade*, mas também da *humanidade*. Nesse sentido, o crack se tornou um problema social, e o cracudo, um *fantasma* a ele intimamente relacionado. Conforme mostra Claude Lévi-Strauss, tanto os ditos primitivos quanto aqueles que se autointitulam civilizados, na construção de suas respectivas identidades grupais, tendem sempre a localizar o outro, o diferente, o estranho, o estrangeiro, o indesejado, para além dos limites de suas concepções particulares de humanidade (LEVI-STRAUSS, 1993). É dessa forma que o cracudo (o “nóia”, o “boca de lata”, o “sacizeiro”, o “craqueiro”) acaba sendo, nas grandes cidades do Brasil contemporâneo, uma espécie de radicalização da alteridade.

É por isso que, neste artigo, busco afastar-me de reificações, fantasmagorias e rotulações apressadas. Seria correto afirmar que o consumo de crack é suficiente para, por si só, definir a identidade do cracudo? Não sendo assim, quem é ele? Acoplamento de um grupo definido de consumidores a um “problema social”? Encontro de *correntes* oriundas de práticas e discursos da violência, das drogas e da pobreza?

Com tais perguntas em mente, procurarei “descrever o processo através do qual os indivíduos são designados como tais” (LENOIR, 1998, p. 71). No presente caso, como cracudos. Acreditando que, assim, se criam condições favoráveis para o conhecimento qualificado de um fenômeno contemporâneo tornado “problema”, como também

suas consequências. E para complexificar um pouco mais o quadro, há muitos consumidores de crack que não consomem apenas essa droga, e uma boa parcela destes prefere consumi-la juntamente com outras substâncias. Segundo o vocabulário que aprendi com alguns interlocutores que pude estabelecer em situações de consumo de crack, há, circulando nos territórios por onde andam, os *maconheiros*, os *cachaceiros*, os *cheiradores*, os *cracudos*, e há ainda os *desbloqueados* – estes, cujo nome remete ao telefone celular sem operadora fixa, que pode receber qualquer chip, “topam qualquer onda”, qualquer êxtase (maconha, cachaca, cocaína, crack etc).

Nesse sentido, abordo, na próxima seção, alguns aspectos da institucionalização do chamado problema do crack e do cracudo no Rio de Janeiro, bem como certos ruídos provenientes dos conflitos entre as ideias institucionalizadas desse personagem e indivíduos que encarnam ou não, na empiria, esse tipo. Para isso, utilizo o terreno minado do senso comum e das coberturas jornalísticas como ponto de partida.

## **Nóia: o problema social do crack**

Segundo dados apresentados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro em fevereiro de 2010, as apreensões de crack feitas pela polícia aumentaram 578% em 2009 (12.193 pedras) em relação ao ano anterior (2.106 pedras). De acordo com o coordenador de saúde mental da Fundação Municipal de Saúde do município de Niterói, ouvido no mesmo mês pelo jornal *O Globo*, por conta do crack, houve um aumento na demanda por serviço médico na ordem de 40% na rede de atendimento aos dependentes químicos dessa cidade. Ainda segundo o mesmo, o perfil do usuário dessa droga é de adolescentes e adultos, na faixa dos 12 aos 29 anos, do sexo masculino (ALENCASTRO e RIOS, 07/02/2010, p. 4). Contudo, em razão da observação direta realizada em zonas assim compreendidas, afirmo que relatos quantificados como esses não dão conta da heterogeneidade etária e de gênero nesses territórios. Notas jornalísticas mais recentes, inclusive, dão conta da presença de mulheres grávidas nas chamadas *cracolândias* da cidade do Rio de Janeiro.

O problema – assim colocado – não é veiculado apenas na grande imprensa, e nem referido unicamente ao entorno das capitais. Ne editorial da edição de 30 de outubro a 5 de novembro de 2009 do periódico *Beira Rio*, editado na cidade de Resende, no Sul Fluminense, aparece o desespero de uma mãe que acabara de ter o filho assassinado, segundo seu relato por conta de dívidas por ele contraídas em virtude de sua compulsão:

É a maldita da droga, é o crack que tá acabando com os jovens hoje em dia. Se não fosse a droga, talvez meu filho estaria aqui comigo hoje” [sic], desabafa a mulher. “Ele tava devendo mais de R\$ 1 mil, não trabalhava, só comprava fiado. Não tinha como pagar.

É, como lembra Remi Lenoir, uma das particularidades dos problemas sociais o fato de que, não raro, encontram-se encarnados em grupos sociais (ou “populações”) que enquanto tais se definem (LENOIR, 1998). Ora, no caso do problema social do crack, ou dessa epidemia, conforme preferem muitos, são essas “populações” os cracudos. Em São Paulo, denominam-se *craqueiros*, ou *nóia*; em Foz de Iguaçu são comumente chamados de *bocas de lata*, enquanto em Salvador recebem o nome de *sacizeiros*. Ou seja, os nomes correspondentes ao “problema” variam na medida da diversidade cultural brasileira.

Conforme afirma o antropólogo Edílson Silva, em seu interessante estudo antropológico da produção jornalística sobre a chamada *violência urbana* em relação ao tráfico e ao traficante, se “o fenômeno violento constitui um objeto difuso; alvo, portanto, de difícil caracterização, o mesmo não ocorre com o sujeito social tido como responsável por sua objetivação” (SILVA, 2010, p. 133). Seguindo o mesmo princípio, se a compreendida *epidemia do crack* é uma abstração que jaz no terreno minado da opinião pública, em meio à floresta de dados e números sendo constituída com a consolidação de estudos quantitativos nesse campo, o mesmo não ocorre com o cracudo, seja como xingamento, seja em suas várias manifestações empíricas.

A imagem é corrente: mendigos que andam pelos centros urbanos pedindo moedas e restos de comida, ou os *alucinados* que povoam as cracolândias, que são dali removidos à força para depois fugirem dos abrigos públicos ou hospitais após a (ou mesmo antes da) primeira crise de

*fissura*. Ao mesmo tempo, a difusão do consumo de crack não se limita apenas a esses grupos de *marginais*. Encontra-se muito mais espalhada pelo *tecido social*, ganhando novas matizes que, não raro, embaralham as representações do fenômeno, tornado “problema”.

Afinal, quantas pessoas que fazem uso (regular ou eventualmente) das chamadas *pedras malditas* não se reconhecem no rótulo, e a ele oferecem resistência? Ou, dito de outra maneira, enquanto uns se sujeitam a serem chamados de cracudos, outros tantos não aceitam a sujeição. Qual seria o limite a partir do qual um sujeito, caso queira, não conseguiria mais tornar verossímil sua resistência ao estigma? Estariam essas fronteiras inscritas (ou não) no corpo ou no comportamento? Ou ainda na posição social do indivíduo em questão e sua família? Quais seriam as estratégias e dispositivos de controle acionados no ato de manipulação de tais fronteiras? Seriam estes de ordem penal, moral, psíquica, familiar, social ou ocupacional? Ou tudo isso junto?

E quando as representações sociais construídas no terreno midiático parecem não dar conta de fatos por algum motivo a eles relacionados? Como descrever, por exemplo, uma tragédia familiar da Zona Sul carioca, tornada um fato jornalístico, envolvendo o consumo de crack, mas na qual o cracudo em questão, ao menos a princípio, em nada se assemelha à imagem dos *fodidos*, dos *caras-chupadas*, dos surtados da rua? Foi o que veio a público no jornal *O Globo* em outubro de 2009, com a matéria intitulada “Músico viciado em crack mata jovem no Flamengo” (VICTOR e BORGES, 26/10/2009, p. 13), caso que teve um forte impacto na opinião pública carioca, ocorrendo nele uma associação entre consumo de crack e crime. Sugiro que nos detenhamos, por enquanto, em alguns aspectos dessa notícia.

“Hoje vi uma pessoa boa se transformar num assassino” – disse o próprio pai do *protagonista*. Este, uma pessoa de classe média, 26 anos e morador da Zona Sul, em uma tarde de sábado, ao despertar, deparou-se com sua “amiga” deitada no chão de seu quarto. Quando foi acordá-la, notou que não estava apenas dormindo, mas que seu corpo inerte jazia sem vida. Naquele momento, não se lembrava de nada. Desesperado, telefonou para seu pai, que imediatamente comunicou o caso à polícia, que para lá se dirigiu em sua com-

panhia. Embora o rapaz e seu pai tenham afirmado que ele e a jovem de 18 anos encontrada morta tinham um relacionamento amoroso, amigos da vítima afirmam, no entanto, que os dois eram apenas amigos, e que ela vinha empenhando-se em ajudá-lo a “largar as drogas”.

Contudo, foi apurado pela polícia que os dois tiveram uma discussão no apartamento do rapaz, por volta das 8h daquele sábado, conflito após o qual a jovem fora estrangulada e seu algoz fora dormir. A matéria jornalística o apresenta como uma vítima do crack, e aponta também que os policiais encontraram, como encontrariam em boa parte dos lares de classe média no Rio de Janeiro, bebidas alcoólicas e remédios com efeitos psicoativos cuja venda é controlada. Ele próprio teria dito na delegacia que havia fumado crack após a discussão.

Guitarrista de uma banda da Baixada Fluminense e tido como um “ícone das noites cariocas” e “grande amigo, pessoa com um coração maravilhoso e um talento musical excepcional”, o rapaz nos últimos anos havia passado por quatro internações em clínicas de reabilitação para pessoas com problemas relativos ao abuso de drogas. Seu pai, que atua como produtor cultural, desesperançoso da eficácia desses tratamentos na forma como são implementados, diante do acontecido resolveu entregá-lo imediatamente à polícia, para que se fizesse justiça em relação ao ato que praticou. “Ele irá pagar pelo que fez (...). Não passarei a mão na cabeça dele, mas não o abandonarei”, afirmou. Para ele é um equívoco daqueles que denomina como *especialistas* o preceito segundo o qual essas pessoas com um comportamento enquadrado como de dependência psíquica só devem ser internados por vontade própria. Em depoimento publicado na referida matéria, advoga por uma intervenção mais efetiva por parte do Estado:

Um drogado, ou adicto, que já perdeu o senso de realidade e o controle sobre sua fissura, torna-se um perigo para a sociedade, infernizando a família, partindo para roubos, prostituição e até assassinatos, por surto ou por droga. Esperar que uma pessoa com a mente destruída por droga pesada vá com seus próprios pés para uma clínica é mera ingenuidade destes profissionais. O Estado tem de intervir

nesta questão para preservar as famílias e os inocentes. A internação compulsória para desintoxicação e reabilitação destes doentes (...) é uma necessidade premente. Ou será que todas as famílias que vivem este problema terão de construir jaulas em casa? (Idem, Ibidem).

Afirma ainda saber que há seis anos “perdeu” o filho para o crack, e que o mesmo, deprimido, estava frequentando reuniões de um grupo de Narcóticos Anônimos (NA). Após as internações, o jovem aparentava estar mais feliz enquanto mantinha-se longe das drogas. Contudo, tão logo encontrava os amigos nos espaços de sociabilidade que costumava frequentar – mediados por álcool e drogas ilícitas – depois de algumas cervejas perdia novamente o controle sobre sua compulsão.

Parte da descrição e interpretação veiculada pelos meios de comunicação de massa traz em si a associação do consumidor de crack com o alienado mental. Nesse ponto, muitas são as vozes que se colocam no debate público sobre o crack para dizer que o controle policial dos consumos de drogas deve dar lugar ao controle médico dos mesmos. Contudo, sob a forma de uma tutela, não estaria essa forma de controle igualmente negando a condição de cidadãos a sujeitos envolvidos com consumo problemático de substâncias psicoativas?

É isso o que afirma, sob a condição de militante, Marcelo da Rocha, representante da Associação dos Dependentes Químicos em Recuperação do Brasil (ADQR), a quem tive a oportunidade de conhecer em uma das reuniões da Comissão de Políticas de Drogas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro, da qual fui membro entre 2011 e 2013. Para Rocha, é necessário recuperar a dignidade do consumidor problemático de drogas, sua condição de cidadão. O que corresponde à recusa do rótulo de *adicto*, que remete à ideia de alienação, dívida, escravidão, dependência. Em seu livro, baseado em experiência pessoal como consumidor problemático de drogas e como militante, Rocha oferece o relato de situações no contexto dos confinamentos para onde se conduzem os ditos adictos. E questiona:

O que dizer de um livro de matemática proibido quando você pensa em aproveitar seu tempo livre, sem atividades terapêuticas, para estudar, pensando: quem sabe quando conseguir voltar ao mundo sadio em sociedade eu possa fazer uma prova de concurso público? E ser impedido de estudar em seus momentos livres, no internato terapêutico, pela equipe terapêutica? E, no entanto, nos finais de semana, ser abandonado por esta mesma equipe, que vai para casa descansar e deixa 30, 40, às vezes até muito mais, dependentes químicos em completo ócio, só restando conversas sobre drogas e o tempo de uso delas como passatempo? (ROCHA, 2011, p.16).

Como parte do esforço para dar conta dos problemas aqui colocados, também fui ao baile funk do Buraco Quente, que então (2010) ocorria no Morro da Mangueira, onde ouvi dizer que tinha lugar uma das famosas cracolândias da cidade do Rio de Janeiro. No espaço de sociabilidade no qual logo me chamou atenção o poder sonoro das caixas amplificadas dispostas em forma de paredão e o poder bélico do pesado armamento dos grupos que então comercializavam drogas ilícitas. Era um grande evento a céu aberto, na Travessa Sayão Lobato, espalhando-se pelo complexo de escadas, becos e vielas da favela<sup>2</sup>. Naquele território, o uso de drogas era não apenas permitido, mas abertamente estimulado pelos comerciantes dos produtos – ou *vapores*<sup>3</sup>– que, cada um ocupando seu ponto específico, oferecia uma ampla e diversa gama de êxtases psicoativos para todos os gostos e possibilidades econômicas. Maconha, de R\$ 5, de R\$ 10, de R\$ 20, etc. Pó de R\$ 30, de R\$ 25, de R\$ 20, de R\$ 10, de R\$ 5, e até mesmo de R\$ 3. Pedras (ou farelos) de crack também disponíveis em vários preços. Isso para ficarmos apenas nas drogas mais consumidas ali, sem contar o álcool, também com presença marcante.

Os consumidores desses diferentes tipos de *barato* misturavam-se, flertavam, nas muitas dezenas (talvez mais de uma centena) de bares e biroskas, jogavam sinuca, apostavam nas máquinas de videopôquer em um intenso movimento que pude conhecer naquela madrugada adentro. Saí de lá já no início da tarde de sábado, e o trânsito de drogas, pessoas, dinheiro ainda era intenso. Mas o ponto específico daquele pequeno complexo então conhecido como “Cracolândia da Mangueira” era bem mais restrito. Em um espaço medindo

2 Com a recente instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) naquele morro, tal configuração se alterou sensivelmente, deixando de se observar a ostentação de armamentos, bem como o baile, que, segundo representações difundidas na imprensa, era promovido pela facção criminosa que dominava territorialmente aquela favela.

3 Vapor é aquele que recebe do gerente da “boca” uma determinada quantidade de unidades de droga a ser comercializada (ou a “carga”, conforme o linguajar corrente do tráfico), fica no ponto de venda, comercializa e depois presta conta do que vendeu.



aproximadamente 4m x 5m, que aparentava ser o de uma garagem não acabada, com chão sem piso e dispoendo de dois sofás esfarrapados, pude ver dezenas de pessoas fumando crack, jogados nos sofás ou mesmo no chão. Quase todas com a aparência bastante castigada, trazendo no corpo as marcas de distinção correntemente relacionadas aos cracudos, uns claramente ociosos, outros com olhar muito vago. Eram pessoas vivendo aquela noite na *onda* do crack. Elas pareciam se enquadrar no estereótipo do *nóia*, personagem do *cenário* paulista do consumo de crack que, segundo relato ouvido nas ruas pelo antropólogo Paulo Malvasi, “está no limiar do humano. Nem os travestis sofrem tanto preconceito” (CAPRIGLIONE e CARVALHO, 23/05/2010, p. 1).

Depois dessa experiência, tive a oportunidade de estar em outros locais conhecidos como cracolândias no Rio de Janeiro, mas nunca fiz, efetivamente, trabalho de campo em nenhum deles. Não me parecia estar exatamente nas chamadas cracolândias a melhor forma de seguir indagando: quem são os cracudos? Por isso, convido o leitor a, na próxima seção, acompanhar parte das trajetórias de pessoas residentes no Rio de Janeiro e Região Metropolitana não necessariamente, ou automaticamente, rotuladas como cracudos e que fazem parte dessa *população* por cujas biografias o consumo de crack já passou, em maior ou menor grau.

## Muito além dos ‘nóias’

São pessoas – muito além de abstrações e reificações – que terão aqui descrita parte de suas trajetórias pessoais, e que por isso devem ter preservadas suas identidades. Ganharão então nomes oriundos de antigos desenhos animados. Trata-se do relato de interlocutores que estão nas franjas do universo dos *nóias*, e são (ou já foram) consumidores assumidos de crack.

Toro em 2009 era um estudante de 17 anos, cursando o terceiro ano do ensino médio em uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói. Aparentemente saudável, não apresentava sinais visíveis de debilidade física ou decrepitude. Não trabalhava e morava com a mãe, o padrasto e um irmão. Aluno de notas medianas, mas que

demonstrou argúcia e clareza no raciocínio enquanto conversávamos sobre o tema deste artigo. Bebe álcool, fuma maconha e crack desde que passou a frequentar as *festinhas* de seu círculo de amizades. Também já experimentou cocaína, LSD e cigarros (que fuma eventualmente, sobretudo quando bebe cerveja com os amigos).

Contra uma representação muito difundida nos meios de comunicação, segundo a qual o crack tem o poder de transformar aquele que o experimenta em dependente logo nas primeiras experiências, Toro polemiza: “Tudo bem que vicia, mas não vicia assim. Tem que estar há mais ou menos um ano usando crack pra chegar ao ponto de roubar, de matar”. Ele próprio já usava naquela época o crack regularmente (mas não diariamente) havia mais de um ano e meio. Quanto aos efeitos subjetivos da droga, afirmou ainda que “o crack é aquela coisa: sua mente vai pro inferno. Enquanto você está fumando, a sua mente está vazia. Na hora em que você está fumando, quanto mais você fuma, você quer mais”.

Contou-me ainda que seu aniversário naquele ano fora comemorado entre ele, dois amigos e algumas meninas, em um apartamento em Icarai – bairro de classe média em Niterói – em que um morava um dos amigos, também de 17 anos, aproveitando uma viagem dos pais deste. A festa durou uma noite inteira, entrando pela madrugada, terminando no dia seguinte. No cardápio, alguns biscoitos, queijo, salame e azeitonas. As bebidas predominantes eram cerveja, vodka e energéticos. Porém, segundo contou, passaram a noite inteira fumando crack, seja diretamente a pedra ou o *zirrê*<sup>4</sup>, a atração principal de sua comemoração. Não comeram muito e, segundo ele, o consumo prolongado do crack tem a função de diminuir o apetite.

Seus familiares, na época, desconfiavam de seu envolvimento com drogas, mas não falavam muito no assunto. Como não possuía renda própria, costumava *fazer o avião* para os amigos em troca de alguma quantidade de droga<sup>5</sup>. Certa vez, quando ganhou uma quantia considerável de seu pai, usou-a para comprar cocaína no morro de São Carlos, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro – onde “o pó era bom e servido” – e o fracionou para vender a seus colegas de escola por um preço que lhe oferecia mais de 100% de lucro. Assim, capitalizado, voltou várias vezes a fazer a mesma coisa, capitalizando-se ainda mais. Recentemente, deixou de fazer isso, segundo me disse.

4 Zirrê, ou dizirrê, é o nome dado à mescla do crack com a maconha, uma forma bastante difundida de consumo (VERÍSSIMO, 2009). Em São Paulo, usa-se para o mesmo artigo o nome de pitilho, ou piti (CAPRIGLIONE e CAMARGO, 23/05/2010).

5 Avião é o termo utilizado para designar aquela pessoa que se ocupa da função de ir buscar a droga na boca no lugar de alguém que não quer, ou que teme, fazê-lo, servindo de elo entre consumidores e vendedores (BARBOSA, 1998).

Toro é usuário de quase todas as drogas lícitas e ilícitas socialmente ao seu alcance – “Quando eu vou no baile funk eu sempre levo um maço [*de cigarros*]”. Porém, de acordo com suas próprias palavras, aos poucos vinha “dando um tempo” do crack. Ele contou que prefere maconha – e fuma todos os dias na laje de sua casa. Demonstrou ainda um bom conhecimento dos movimentos das drogas no lugar em que morava: “Aqui se chama ‘Ronaldo’, o crack daqui. A maconha é ‘Chocobom’, e o crack é ‘Ronaldo’, e ‘A Favorita’ é o pó de R\$ 30”.

Em sua fala, procura desconstruir alguns mitos em torno do crack: “Todo mundo antes de usar o crack fala: ‘Crack é droga de mendigo’, porque crack é o resto do pó. Mas não é barata, é uma droga cara”. Isso porque, a despeito do preço da unidade ser relativamente baixo, como seu efeito é muito fugidivo, o consumidor que passa os dias sob sua *onda* terá que fumar muitas pedras, e, de preferência, não daquelas que custam apenas R\$ 0,50.

Ocupemo-nos agora do caso de Pancho, que, muito generosamente falou-me de parte de sua trajetória de vida em uma longa entrevista gravada. Na época em que este artigo encontrava-se em avaliação pelos pareceristas da revista, Pancho foi assassinado por pessoas supostamente ligadas ao mercado clandestino e violento de drogas ilícitas. Vivia, naquela época, com a esposa e um filho pequeno, e, aos 25 anos, trabalhava como porteiro em uma escola pública no município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Mas tinha também uma experiência laboral no movimento do tráfico de drogas, ocupando diversas posições na hierarquia dessa *organização*. Teve, então, oportunidade de conhecer e experimentar diversos tipos de drogas ilícitas, entre elas o crack. Assim como Toro, Pancho não ostentava marcas de consumo problemático de drogas em seu corpo, possuindo, inclusive, um corpo ligeiramente atlético.

Em sua fala, relativizou a ideia segundo a qual o sujeito que trabalha para o tráfico de drogas se torna um prisioneiro, não podendo optar por mudar de *emprego*. Apesar do caráter ilícito da atividade, esta era representada por ele como uma alternativa de ocupação diante das portas fechadas do mercado de trabalho para quem tem *baixa qualificação*, uma vez que, “esse negócio que falam: ‘Ah... Se sair vai morrer!’ é tudo mentira”. Desde que, obviamente, o *demissionário* não

se encontre em dívida com a firma<sup>6</sup>. E nesse aspecto, aponta, manter o equilíbrio no consumo daquilo que se deve vender é um fato de suma importância. Segundo ele,

[q]ualquer momento tu pode sair. Eu entrei e saí quatro, cinco vezes. Por quê? Uso droga, já usei droga, hoje eu uso bem menos e... não sou viciado. Tem aqueles bandidos que deixa a droga usar ele, e ele não usa a droga. Eu uso a droga. Então pra mim foi tranquilo.

Nesse ponto, afirma, a entrada do crack no varejo das drogas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro se configurou em um complicador a mais para aqueles com, segundo ele, “cabeça fraca”, o que não seria o seu caso. Aqueles vendedores da *boca de fumo* que não sabem se controlar tendem, por conta de “se entregarem” ao consumo das pedras, a dar *derrame* na *firma* – o que consiste em não ter o dinheiro para prestar conta do carregamento que apanharam em consignação com seus superiores hierárquicos. Isso teria levado os *chefões* daquela área a proibirem os vapores de usar crack, procedimento nunca antes adotado em relação à maconha ou à cocaína, por exemplo (VERÍSSIMO, 2011).

“Tem cara que é bandido que é igual piolho. Vai pela cabeça dos outros”. Seguindo o seu raciocínio, há bandidos, por outro lado, que sabem “usar a droga” (falando assim, em abstrato) sem se deixar vilipendiar por seu uso, e cita o nome de um: “Quando pegaram Fernandinho Beira-Mar usando droga? Ele já consumiu. Mas ele usava a droga, não era a droga que usava ele [*sic*]”. Seu pensamento a respeito dos controles formais e informais da droga é bastante complexo:

Então isso vai muito da pessoa. Eu bebo. Mas eu não bebo de ficar bêbado. O cara, tanto drogado quanto bêbado, ele sabe o que está fazendo. Quer ver? O cara tá lá cheio de crack, tá bêbado, vai lá e pede o cu dele para ver se ele dá. Não vai dar. Eu, por exemplo, não usava pó. Eu usava maconha. Maconha relaxa. Fica mais calmo. E já usei crack também, no dizirré.

Não adepto do uso da cocaína, fuma eventualmente o crack, considerado seu subproduto mais adulterado. Ora ele afirma que as piores coisas acontecem por conta do descon-

6 Firma é uma categoria nativa utilizada para designar as organizações criminosas que dominam os territórios onde realizam o mercado de drogas postas na ilicitude.

trole dos usuários em relação aos efeitos das substâncias, ora reconhece o poder destrutivo de algumas delas, principalmente o crack:

O crack, pra ser proibido eu até concordo. O crack, o pó, a loló, que é tudo uma química. O crack é uma pedra, e você pode misturar tanto com a maconha quanto com a binga de cigarro, que é um vapor que solta. O crack é pior do que o pó. Ele come seu cérebro rápido. O crack, ele é muito forte mesmo. É a droga mais forte que tem. O pó fica abaixo dele, a loló abaixo do pó. O crack tem uma facilidade de viciar a pessoa. Porque ele pega no seu cérebro, e ele come o seu cérebro logo.

O uso da maconha, por sua vez, substância que era representada por ele como mais natural e menos química, em sua opinião, deveria ser legalizado. Aponta o uso do *dizirrê* por usuários de crack como uma forma de reduzir os malefícios à saúde.

Tomemos agora o caso de Piu-Piu, pessoa que conheci enquanto viajava em uma linha de ônibus intermunicipal de trajeto entre o bairro de Alcântara, em São Gonçalo, e o centro de Niterói. Eu estava distraído, envolvido em uma leitura, quando Piu-Piu ingressou no coletivo, oferecendo aos passageiros um saco contendo uma caneta e uma lapiseira pelo “preço simbólico” de R\$ 1. Segundo logo fez questão de dizer, não vendia para si, mas em nome da Instituição Social Manassés, comunidade de cunho religioso, evangélico, com matriz na cidade de São Paulo e com uma de suas nove filiais espalhadas pelo Brasil sediada na cidade de Itaboraí (Região Metropolitana do Rio de Janeiro).

Em sua ardorosa performance, afirmou que “poderia estar entrando neste ônibus portando uma arma”, mas que seu intuito era vender aqueles kits e ajudar a sustentar aquela instituição, voltada, segundo ele, para libertar as mãos dos “viciados” do “mar de lágrimas” em que, não raro, se encontram. Ele próprio tinha sido, no passado, um “viciado”, mas, conforme contou, “graças ao milagre do poder de Deus”, encontrava-se afastado das drogas havia nove meses, e tomando para si a missão de divulgar aquele trabalho para quem poderia estar precisando.

Falei com ele de meus interesses de estudo e demonstrei inclinação em adquirir seu contato para termos uma conversa menos apressada, uma vez que ele admitiu ter “ido fundo” no crack, antes de “se entregar a Jesus Cristo”. Afirmou que eu deveria tentar entrar em contato por meio do telefone e endereço contido na filipeta da instituição, que fazia parte do kit, juntamente com a caneta, a lapiseira e um marcador de texto. Assim o fiz, primeiramente por telefone, depois indo diretamente ao lugar, em Itaboraí. Lá moram 400 pessoas como Piu-Piu, sem pagar nada – ou, melhor dizendo, pagando com o *trabalho missionário* desenvolvido no interior de coletivos e nas ruas.

Após duas idas à Instituição Manásseis sem encontrá-lo, quando pude conversar com outros consumidores problemáticos de drogas (boa parte com problemas em relação ao álcool), o encontrei e tive a oportunidade de entrevistá-lo. Era mineiro de Belo Horizonte e tinha 34 anos. Em sua cidade natal, frequentou a faculdade de administração, mas não concluiu o curso. Começando pela cerveja, foi experimentando todo tipo de êxtase psicoativo que lhe caía nas mãos, mas sempre preferiu a cocaína. “Passei oito anos cheirando pó.” Disse-me que, no passado (quando tinha “vinte e poucos anos”), chegou a perder emprego por conta do uso compulsivo da droga.

Posteriormente, contou que havia aprendido a controlar a compulsão da cocaína. Até que lhe foi ofertado o crack, e sua relação com a droga foi, segundo disse, “ainda mais destruidora”, no sentido de ser mais “incontrolável”. “Fui perdendo o orgulho, a vaidade, até mesmo o amor próprio... dei muito desgosto para a minha família. Eu não era... eu não era mais gente”. Hoje, afirma, não se sente ainda totalmente livre dos apelos das drogas. Por isso, apesar da saudade que sente de sua cidade, seus familiares e amigos, não pensa em voltar tão cedo ao lugar onde nasceu e cresceu. Segundo ele, “as tentações do Diabo seriam muitas”. Por isso ele prefere o convívio e o pouco conforto de que hoje desfruta, juntamente a pessoas que, como ele, trocaram a compulsão do uso problemático de alguma droga pelo fervor religioso.

Para ele, sua missão diária de levar “uma luz no fim do túnel a quem se encontra na escuridão” ajuda, inclusive, a “combater a criminalidade”. Piu-Piu, o único consumidor de crack ouvido no âmbito do levantamento que subsidiou

este artigo que se disse atualmente afastado do crack, é um devoto dedicado que, por hora, afirma ter medo de voltar aos espaços de sociabilidade domésticos e recair no que interpreta como erros do seu passado.

Papa-Légua, nosso último interlocutor a figurar com parte de sua história de vida neste trabalho, é aquele que, aparentemente, mais se assemelha (muito em função de sua magreza e pelas roupas sujas e surradas) aos estereótipos do *cracudo*. Afirma, contudo, que o estado de suas roupas tem mais a ver com seu trabalho de pedreiro do que com o consumo de crack. Atualmente, vive em um casebre situado no denominado Complexo do Salgueiro, área tida como foco de violência e criminalidade em São Gonçalo, segundo as representações corretes no imaginário das populações da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tem 23 anos.

Em um passado recente, chegou a encontrar-se visceralmente envolvido com o consumo de crack, tornando-se uma espécie de *cracudo exemplar* das representações correntes. Chegou a ficar cerca de três meses sem sair da Cracolândia da Coruja, a maior e mais famosa da cidade de São Gonçalo. Suas lembranças desse período não são boas. Conta que, na cracolândia, aqueles que vivem permanentemente por ali não conversam e nem riem, e que as comunicações entre as pessoas se limitam a sons quase sempre monossilábicos, sem maiores demonstrações de emoção, e tendo como única motivação a aquisição, manutenção ou usurpação de crack.

Em sua forma de interpretar a própria trajetória, afirma que houve um momento decisivo, de virada em sua vida. Foi quando em uma daquelas horas de fissura mais intensa, abordou desesperadamente uma pessoa que estava, como ele, perambulando pela Cracolândia da Coruja, e pediu dinheiro – “Qualquer trocado”. A pessoa retrucou dizendo que estava sem nenhum tostão e também procurava por dinheiro e crack. Depois olhou em seus olhos – fato raro em um lugar em que os olhares vagos não encontram as pessoas, as atravessam sem nenhuma expressão significativa, onde as pessoas não conversam – e disse: “Vai embora daqui, garoto!” Ao que ele teria respondido: “Quem é você pra me dar conselhos, se está na mesma situação que eu?” E o outro retrucou: “É por isso que eu falo, cara... sai daqui! Eu não consigo mais me libertar, por isso estou te falando pra ir embora daqui. Isso não é vida”.

Papa-Léguas teria pensado então: “Eu não quero ficar assim, não”. E contou que reuniu todas as forças para abandonar aquela relação visceral com o consumo de crack, embora continue fumando praticamente todos os dias, juntamente com seu companheiro de obra, que aparece no meu trabalho anterior sobre a temática com o pseudônimo de Jerry (VERÍSSIMO, 2011).

Certa vez, foi ao movimento com R\$ 20 para comprar todo o valor em pedras de crack. Lá chegando, o vapor lhe ofereceu uma pedra bem maior pelo valor de R\$ 50. Como não tinha essa quantia, disse que não poderia ficar com a mercadoria, mas que diria a seu amigo, Jerry, para ver se ele se interessava. Ao ouvir o nome de Jerry, o vapor, que o conhecia, orientou-o a levar a pedra para este, que, caso a quisesse, poderia pagá-la depois, e assim foi feito<sup>7</sup>. Decidiram, então, dividir o produto e a dívida, cada um dando R\$ 25 pela pedra especial – e de qualidade superior, segundo afirmaram.

Após consumirem uma parte, Jerry se despediu, por volta das 22h, com o intuito de ir para casa. Propôs levar a parte de Papa-Léguas consigo, para que este não a usasse toda em vez de descansar e dormir antes de mais um dia de trabalho<sup>8</sup>. Acontece que ele recusou o favor, preferindo ficar ele próprio de posse de sua mercadoria, afirmando ainda que guardaria aquela grande quantidade para o consumo dos dias seguintes. Assim que Jerry partiu, deixando seu amigo no barraco, este separou uma parte da pedra para usar mais um pouco e enterrou o restante no chão de barro do *cafofo*, colocando ainda um tapete sobre a cova. Consumiu aquele quinhão e, sem demora, começou a sentir a sensação de perseguição que usualmente os consumidores dessa droga relatam sentir. Imaginou que alguém tinha entrado ali sem que ele visse, desenterrado e roubado a *valiosa* pedra.

Cavou novamente em busca de seu *tesouro*, conferiu que estava ali e, antes de enterrá-lo novamente, tirou mais uma parte para mais umas *bafadas*<sup>9</sup>. Isso se repetiu diversas vezes naquela madrugada. Quando Papa-Léguas deu por si, a fissura havia se tornado insuportável e a droga havia sido toda consumida. O dia já clareava e ele não havia dormido nem um minuto sequer. Em pouco tempo, Jerry estaria ali para chamá-lo para o trabalho.

7 Jerry, que não só estava presente quando Papa-Léguas narrou essa história como foi quem o instigou a contá-la, ressalta, orgulhoso, que isso é indício do quanto ele próprio é respeitado na boca de fumo, condição que os tidos como cracudos nunca conseguiriam, segundo ele, manter.

8 Ambos afirmaram que, no que tange a isso, Jerry é infinitamente mais controlado do que Papa-Léguas.

9 “Bafar” é como os cracudos de São Gonçalo designam o ato de consumir a pedra pura, em cachimbos improvisados.



## Conclusão: ansiedade e alheamento

Após esse breve percurso, estamos aptos a afirmar, seguindo a trilha há muito aberta por Howard S. Becker, não ser o cracudo meramente aquele que usa crack – e que nem mesmo um uso eventual pode ser o suficiente para alguém ser socialmente rotulado como tal. Afinal, todo comportamento desviante é criado em referência (ou em resistência) aos padrões socialmente aceitos. O desvio é, portanto, resultado do processo de interação social:

Quero dizer (...) que os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes. Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um “transgressor”. O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal (BECKER, 1977, p. 60).

A partir disso, pensemos então no caso do crack e do cracudo. Em primeiro lugar, o crack é um produto do proibicionismo, criado nos EUA para dar conta de um mercado posto na ilegalidade (e por isso) sem o menor controle formal de sua qualidade, povoado por pessoas mais empobrecidas, diante de uma demanda por um artigo relativamente caro até então: a cocaína (SOMOZA, 1990). Por outro lado, o próprio cracudo, na medida em que é assim rotulado, acaba encarnando em si o objeto da ação do Estado, seja pela via repressiva, por meio do aparelho policial, seja pela via assistencialista, levada a cabo pelos operadores dos sistemas de saúde, assistência social e organizações desse cunho. Aos antropólogos interessados no fenômeno, cabe, entre outras coisas, descrever e interpretar as ações e representações que se enfeixam na ideia de cracudo (bem ou mal realizada, bem ou mal encarnada em sujeitos de carne e osso), contribuindo assim para os que queiram compreender o fenômeno do consumo de crack, com maior profundidade.

A contribuição da antropologia para a compreensão desta problemática [*falando das drogas em geral*] consiste em mostrar como existem *n* maneiras de utilizar as substâncias em pauta, em função de variáveis culturais e sociológicas. Estas não só se somam como complexificam as distinções que possam ser registradas ao nível da análise bioquímica. Poder-se-á perceber, inclusive, porque certas substâncias são mais toleradas do que outras mesmo quando em termos de sequelas pudessem ser até mais graves e violentas. Seria o caso, por exemplo, do alcoolismo e do uso regular de barbitúricos. O objetivo do cientista social deve ser procurar entender a relação entre o consumo de drogas com uma visão de mundo e estilo de vida ou, em outros termos, com uma construção social da realidade específica (VELHO, 1980, p. 356).

### O sociólogo Michel Misse disse a respeito da sujeição criminal que ela

constitui-se na representação social dominante, o que se poderia chamar de um fantasma social, um inimigo interno específico cujo perigo será representado como tanto maior quanto maior for sua incorporação por membros da sociedade (MISSE, 1999, p.172).

No mesmo diapasão, acredito poder falar aqui nos termos de uma *sujeição cracuda*. Esta, assim como o “fantasma criminal”, também tem a prerrogativa de possuir fortemente a “característica singular de participar, por oposição, da construção social da normalização do individualismo” (MISSE, 1999, p.172) .

O cracudo é, pois, um grande *antimodelo* de comportamento por meio do qual as agências do Estado e a família (que por sua vez se manifestam sob múltiplas configurações) procuram enquadrar as subjetividades, sobretudo das parcelas *jovens* dos distintos grupos sociais. Em um imenso painel de *arte grafite* pintado em um grande muro próximo à rodoviária de Niterói, encontra-se materializada essa ideia: sobre um fundo de tonalidade sombria, uma montanha de crânios (alguns fantasmagóricos), há meninos, todos negros ou mulatos, um deles fuma crack. Gravitando em letras garrafais a inquiridora frase: “Você é um craque na vida ou sua vida é um crack?” Por meio do trocadilho, fica a noção de que ou esta figura abstrata do *jovem* se engaja em modos

controlados por outrem de construção de sua subjetividade, ou a ruína e a morte violenta é o que o espera na próxima esquina. Mas o que seria, afinal, ser *craque na vida*? Entre ser *craque* e ser *cracudo* – eis a mensagem subliminar – não haveria meio termo? Quem não conseguir ser um craque (nos esportes, nas artes, ou mesmo nos estudos), quem for um jovem mediano, se transformará em bandido? Em coitado? Em cracudo?

Não quero afirmar que não existe relevância na problemática do crack em específico ou a do abuso das drogas em geral, e sim problematizar algumas formas naturalizadas de descrever e interpretar essas questões tão contemporâneas. Para isso, nosso foco não pode estar voltado apenas para as formas problemáticas (ou extremamente problemáticas), que certamente existem, de uso de substâncias psicoativas (lícitas ou ilícitas), e sim para os agenciamentos institucionais e pessoais, formais e informais, que regulam as formas de sociabilidade vigentes nesses complexos universos. Foi isso o que busquei em minha interlocução com Toro, Panchito, Piu-Piu e Papa-Léguas. E também com Jerry. Como propõe Vargas (2006, p. 10):

[É] preciso levar em conta a ‘onda’ e suas alterações, é preciso também não perder de vista que, como ações de outrem, aquelas produzidas sob o modo de auto-abandono são, por definição, surpreendentes ou imprevisíveis. Levando isso em conta, o problema das drogas fica assim reconfigurado: a questão decisiva não é mais a do controle, ou a da emancipação, mas a da qualidade das misturas ou das composições. Em outros termos, não se trata de nos livrarmos das drogas, tampouco de nos livrarmos a elas, mas de saber qualificar os modos de vida (e de morte) que com elas se agencia. Para isso, no entanto, é preciso ainda realizar outro movimento e reconhecer que não há apenas um modo de viver a vida (ou de experimentar a morte) e que, entre outros modos possíveis de atualizá-la (modos estes que não envolvem os mesmos riscos, nem realizam os mesmos eventos), uns preferem fazer da vida uma experiência que deve durar em extensão (mesmo que para isso seja preciso mobilizar uma série de drogas), enquanto outros consideram que vale mais a pena viver a vida intensamente (mesmo que para isso seja necessário mobilizar outra série de drogas, ou então as mesmas drogas, mas de outras maneiras).

Entre viver intensamente e pouco ou uma longa vida controlada, dos interlocutores que conheci nessa investigação, quanto mais facilmente associados à imagem do crackado, mais parecem preferir a primeira alternativa. Aquele a quem se chama em geral dessa maneira é ansioso. Jerry, que fuma crack todo dia, é, como vimos, pedreiro (no caso, “dono” da obra e chefe de Papa-Léguas), está, como também já vimos, sempre com a roupa surrada. Para se diferenciar das imagens de consumidores problemáticos de drogas que jazem para além das fronteiras do humano em uma cosmologia que faz sentido para muita gente, usa de várias estratégias comportamentais e discursivas. Uma delas, por exemplo, é nunca se mostrar ansioso. Sua “tranquilidade” parece ser minuciosamente ensaiada. Outra é alardear que tem duas esposas e sustenta duas casas.

No episódio em que Papa-Léguas passa a noite inteira fumando sua grande pedra de crack, Jerry levou para casa sua pedra do mesmo tamanho. E só terminou de consumi-la cerca de uma semana depois, mesmo fumando todos os dias. Piu-Piu, por sua vez, me disse que encontrou a paz (livrando-se da “ansiedade crackada”) na igreja – segundo suas próprias palavras, “nos braços do Senhor” – e no trabalho missionário nos coletivos, fervorosamente executado.

A antropóloga argentina Maria Epele, em seu interessante estudo sobre o consumo de *paco* no conurbano bonairense, publicado em livro intitulado *Sujetar por la herida: Una etnografía sobre drogas, pobreza y salud*, soube interpretar com maestria os dilemas identitários vivenciados por esses consumidores desse outro subproduto da cocaína, em grande medida análogo ao crack. O consumidor de *paco* (nome que vem de pasta-base de cocaína, pa-co), o *paquero*, é aquele que não consegue mais tornar verossímil perante os outros a sua condição de pessoa digna e independente – ou mesmo normal (EPELE, 2010).

Diferentemente do que ocorria com o antigo consumidor de cocaína, o consumidor de *paco* que perambula nas ruas do conurbano não consegue (em grande parte dos casos, nem mesmo tenta) dissimular essa condição. Além disso, as lógicas econômicas envolvidas na venda e consumo do produto acabam desencadeando grandes e pequenos roubos e furtos. Segundo a autora, a frequente troca dessa droga pelos tênis

usados pelo consumidor fissurado no momento, além de deixá-lo descalço nas frias noites argentinas é também produtora do que a autora denomina *efeito tienda* – uma vez que os calçados trocados vão se acumulando na casa do *transa*<sup>10</sup> que os aceita como moeda de troca, e posteriormente ficam dispostos, à venda, como uma *tienda* (unidades de comércio conhecidas no Rio de Janeiro como brechó).

Estar desprotegido, desalinhado e entregar esporadicamente roupa (roubada ou própria) por drogas, também fazia parte dos cenários e do folclore da cocaína. No entanto, essa prática era mais ocasional e, em alguma medida, excepcional. Estava longe de produzir o “efeito tenda” que o transar PB/paco inaugurou (EPELE, 2010, p. 132).

Assim, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ou no conurbano bonaerense, o cracudo ou o paquero é aquele que se deixa ver fissurado, sujo, pedindo. É ficar alheio, colocando-se fora do universo de regulações e autorregulações às quais a maioria das pessoas adere. Regulações e autorregulações que lhe permitiriam, quando fosse preciso, *dichavar* – que na linguagem corrente dos consumidores de droga no Rio de Janeiro significa dissimular, disfarçar com sucesso o seu consumo ilegal. Ou seja, o que Toro consegue fazer, aparentemente sem muito esforço, enquanto afirma que pretende “ir dando um tempo” (deixar de consumir o crack), coisa que Pancho já tinha feito por completo, derrubando, com seu exemplo, a crença difundida no senso comum, segundo a qual basta uma tragada (ou melhor, *bafada*) para que o sujeito caia de vez na *triste sina* do cracudo.

Pois quem são, afinal, os cracudos? Das trajetórias pessoais aqui apresentadas, aquela em que melhor podemos procurar e encontrar a encarnação da fantasmagoria social comumente relacionada aos usos do crack é a de Papa-Léguas, aquele que mais visceralmente parece ter aderido ao consumo desse subproduto da cocaína em um determinado momento de sua vida. Mas, por outro lado, não seriam diretamente os níveis de consumo que explicariam como alguém adere a esses rótulos ou consegue deles se desvencilhar. Todo dilema parece estar na possibilidade de agenciamento de tais controles por parte dos indivíduos que aderem ao consumo dessa substância especialmente marcada no imaginário social contemporâneo.

10 “Transa” é o nome pelo qual é conhecido, no contexto argentino, o sujeito encarregado de comercializar drogas postas na ilicitude.

Tornar-se cracudo implica a partilha de códigos, condutas, práticas corporais, em territórios de uso bastante específicos – e, logo, a participação em uma trama social ainda mais ampla que mescla uso, tráfico, ações de assistência e repressão (RUI, 2013). Nesse sentido, não parece aleatório que os mais “controlados” são também os que estão relativamente afastados dessas interações, aqueles que obtêm sucesso em indicar e praticar os limites desse controle com alguma verossimilhança, a exemplo de Jerry. Portanto, ser ou não ser chamado de cracudo parece não remeter somente a uma prática corporal ou a um modo de uso, mas a toda uma dinâmica social e espacial, que, uma vez transformada em abstração, em fantasmagoria, ressurge sob a forma de xingamento ou antimodelo.

Apresentar ao leitor diferentes formas sob as quais indivíduos distintos se aproximam e/ou se afastam de tais abstrações, não raro transpassando de um lado a outro as fronteiras das representações do humano e do não humano, foi aqui uma tentativa de subsidiar futuros trabalhos acadêmicos e intervenções políticas mais qualificadas disso que se coloca contemporaneamente como um “problema social” de monta. Espero ter conseguido concluir esse objetivo.

## Referências

- ALENCASO, Carolina [e] RIOS, Odilon. (07/02/2010), “Droga fulminante e sem controle”. O Globo, O País, p. 4.
- BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. (1998), Um abraço para todos os amigos: Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói, EDUFF.
- \_\_\_\_\_. (2008), “Políticas de redução de danos no Rio de Janeiro: Uma apresentação introdutória”. Em: KANT DE LIMA, Roberto; MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes; NASCIMENTO, Andréa Ana do [e] LATINI, Juliana Lopes (orgs). Reflexões sobre segurança pública e Justiça Criminal numa perspectiva comparada. Rio de Janeiro, Booklink.
- BECKER, Howard S. (1977), Uma teoria de ação coletiva. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1993), Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo, Hucitec.
- CAPRIGLIONE, Laura [e] CARVALHO, Mario Cesar. (23/05/2010), “A encenca do crack”. Folha de S. Paulo, Ilustríssima, p. 1.
- EPELE, María. (2010), Sujetar por la herida: Una etnografía sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires, Paidós.
- ESCOHOTADO, Antonio. (1989), Historia general de las drogas. Madrid, Alianza Editorial.
- LENOIR, Remi. (1998), Objeto sociológico e problema social. Em: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi [e] MERLLIÉ, Dominique. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis, Vozes.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1993), “Raça e história”. Em: Antropologia estrutural dois. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- MISSE, Michel. (1999), Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (doutorado), IUPERJ.

- \_\_\_\_\_. (2006), *Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- ROCHA, Marcelo da. (2011), *Um grito de alforria: Adictos nunca mais! Cidadãos brasileiros como outros quaisquer. Portadores de uma doença como outra qualquer*. Rio de Janeiro, Clube dos Autores.
- RODRIGUES, Thiago. (2008), “Tráfico, guerra, proibição”. Em: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward [e] CARNEIRO, Henrique. *Drogas e cultura: Novas perspectivas*. Salvador, EDUFBA.
- RUI, Taniele. (2010), “‘Isso não é um cachimbo’: Notas etnográficas acerca da relação entre usuários de crack e seus utensílios”. Trabalho apresentado no V Encontro Nacional de Estudos de Consumo da ESPM, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2011), *Corpos abjetos: Etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Trabalho apresentado na IX Reunião de Antropologia do Mercosul, Curitiba.
- \_\_\_\_\_. (2013), “A famosa boca do Paranapanema: Outras gestões do uso de crack”. Em: BARBOSA, Antonio Rafael; RENOLDI, Brígida [e] VERÍSSIMO, Marcos (orgs). *(I)legal: Etnografias em uma fronteira difusa*. Niterói, EDUFF.
- SCHEERER, Sebastian. (1993), “Estabelecendo o controle sobre a cocaína (1910-1920)”. Em: BASTOS, Francisco I. [e] GONÇALVES, Odair D. (orgs). *Drogas é legal?* Rio de Janeiro, Imago/Instituto Goethe, pp. 169-192.
- SILVA, Edilson. (2010), *Notícias da violência urbana: Um estudo antropológico*. Niterói, EDUFF.
- SOMOZA, Alfredo. (1990), *Coca, cocaína e narcotráfico*. São Paulo, Ícone.
- VARGAS, Eduardo Viana. (2006), “Uso de drogas: A alteração como evento”. *Revista de Antropologia*. Vol. 49, nº 2, pp. 581-623.



- \_\_\_\_\_. (2008), “Fármacos e outros objetos sociotécnicos: Notas para uma genealogia das drogas”. Em: LAATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward [e] CARNEIRO, Henrique. *Drogas e cultura: Novas perspectivas*. Salvador, EDUFBA.
- VELHO, Gilberto. (1980), “Uma perspectiva antropológica do uso de drogas”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Vol. 29, nº 6, pp. 355-358.
- VERÍSSIMO, Marcos. (2011), “O crack e os impactos de sua entrada em uma ‘comunidade’ da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. Em: KANT DE LIMA, Roberto; PIRES, Lênin [e] EILBAUM, Lucía (orgs). *Burocracias, direitos e conflitos*. Rio de Janeiro, Garamond.
- VICTOR, Duílio [e] BORGES, Walesca. (26/10/2009), “Música viciado em crack mata jovem no Flamengo”. *O Globo*, Rio, p. 13.
- ZALUAR, Alba (org). (1999), *Drogas e cidadania: Repressão ou redução de riscos*. São Paulo, Brasiliense.

**RESUMEN:** El propósito del artículo **¿Quiénes son los ‘cracudos’? Notas para el estudio antropológico de un ‘Problema social’** es contribuir al conocimiento sobre el consumo de crack en Río de Janeiro. Para ello, partimos de la siguiente cuestión: “¿Quiénes son los “cracudos”?” Esta categoría designa al miembro de la clase inicialmente correspondiente a los usuarios de crack, pero ganó contornos semánticos más generales. Con el punto de partida en estas representaciones, intento compararlas con los relatos y trayectorias de algunos de los usuarios de esta droga con los cuales establecí una interlocución. Espero así aportar para los estudios encaminados a la comprensión de consumos y sociabilidades considerados como “problema social” en los principales centros urbanos de Brasil y sus periferias.

**Palabras clave:** problemas sociales, drogas, crack, consumidores de crack, cracudo

**MARCOS VERISSIMO** (marcusverissimus@yahoo.com.br) é pesquisador associado do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). É doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Tem especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela UFF e graduação em ciências sociais pela mesma universidade.